

A CARTA ROUBADA E A ESTRUTURA DO INCONSCIENTE

*Leda Verdiani Tfouni
Anderson Carvalho Pereira
Dionéia Motta Monte-Serrat
(Universidade de São Paulo)*

RESUMO: Lacan toma o conto *A carta roubada* de Poe para explicar a relação entre valor do signo e o valor político da carta, a fim de apresentar seu postulado fundamental: o de que o inconsciente é estruturado como uma linguagem.

ABSTRACT: Lacan takes Poe's tale *The purloined letter* to explain the relationship between the sign and the political value of the letter, to present his fundamental premise: that the unconscious is structured as a language.

INTRODUÇÃO

A influência da obra de Poe na psicanálise lacaniana remonta ao contexto histórico do estruturalismo, que atingiu seu auge na França em 1968. Trata-se de um momento de releituras, como a retomada de Marx por Althusser e de Freud por Lacan; época em que a linguística se instaura como ciência-piloto por meio da obra de Saussure. Lacan realiza ainda outra releitura: a do conto “A carta roubada”, de Poe, que ele utiliza em seu primeiro Seminário, do mesmo nome, para introduzir o conceito de valor do signo, relacionando-o ao valor político da carta, e para fundamentar o postulado lacaniano de que o inconsciente é estruturado como uma linguagem. Esta determinação de como funciona o inconsciente supõe um sujeito que não é dono de seu dizer, visto que existe uma barra (o recalque) que separa radicalmente significante e significado. Lacan faz alusão a essa determinação referindo-se ao título em inglês do conto “The Purloined Letter”, cuja etimologia remete a um complexo arranjo de significantes de origens diversas – o prefixo *pur*: que supõe um “de trás antes do qual ele se aplica”, para dar-lhe garantia; e *loigner*, “verbo do atributo de lugar *au loing*”, que significa “ao longo de”, *mettre à gauche*, dissimular (LACAN [1955]1998, p.32-33) -; e também à polissemia do título em francês “La lettre volée”, que tem pelo menos dois significados - carta roubada ou “voada” (op. cit., p. 30) - o que remete a um desvio possível do sentido (a deriva) - relacionado ao valor político da carta -; e a um acontecimento anterior - experiência vivida entre Dupin e o ministro, que remete, por

sua vez, ao funcionamento do inconsciente. Esta discussão presta-se a revelar um aspecto pouco explorado da genialidade de Poe.

“A CARTA ROUBADA” E O SIGNO

O conto de Poe “A carta roubada” é usado, por Lacan, para articular os conceitos de determinação simbólica e sujeito. Lacan ([1955]1998, p. 66), em seu “Seminário sobre ‘A carta roubada’”, trata do conceito de signo por um “raciocínio litigioso”, reinterpretando os trabalhos de Saussure e de Freud, para afirmar que a determinação simbólica não pode ser tomada como um “simples acaso” ([1955] 1998, p. 66).

Lacan utiliza a linguística de Saussure no que diz respeito ao valor do signo e o transfere para a carta, na obra de Poe, a fim de explicar que o valor político desta é imposto de fora, por aquele que a detém, ora a rainha, ora o ministro, ora Dupin, implicando poder nas relações.

O inconsciente, estudado por Freud e retomado por Lacan, pode ser entendido como recalque, que, na obra de Poe, poderia ser representado pelo paradoxo do significante carta, que remete a uma experiência do passado, vivenciada entre Dupin e o ministro, pois a interpretação, segundo a psicanálise lacaniana, se dá em um momento posterior ao da produção em cadeia dos signos, pela retroação, situação em que as “moções suspensas” (LACAN, ([1945], 1998, p. 201) trazem a conclusão por meio de um “elemento externo ao processo lógico em si”. No conto, o processo lógico se dá com as inferências, feitas por Dupin, a respeito dos hábitos do ministro, mas a certeza de que se tratava da carta que procurava veio com o reconhecimento da letra feminina escrita sobre ela, com as dobras refeitas e, também, com a mensagem que Dupin colocou na carta que substituiu a endereçada à rainha, pois, com base no que ocorreu no passado, Dupin dá pistas ao ministro a respeito de quem teria se apossado da procurada carta:

Ora, não seria inteiramente correto deixar o interior em branco. . . Seria uma ofensa. Certa vez, em Viena, D. . . me pregou uma peça, e eu lhe disse, bem-humorado, que não me esqueceria daquilo. De modo que, como sabia que ele iria sentir certa curiosidade sobre a identidade da pessoa que o sobrepujara em astúcia, achei que seria uma pena deixar de dar-lhe um indício (POE, 2009).

Lacan afirma que o elo que une significante/significado seria uma barra radical e o que se encontra no inconsciente é o significante. Pensamos o significante como um campo híbrido em que atua o político e o acontecimento. Ele se move em uma zona em que a distinção entre ambos não tem literalmente sentido algum, como a carta, cujo

conteúdo não importa e, sim, quem a detém. O político oferece ao sujeito uma “troca por equivalente” (LACAN, 1992), uma medida comum. O acontecimento oferece múltiplos sentidos, oferece a deriva e o equívoco: a possibilidade de o sentido vir a ser outro (PÊCHEUX, 2002), e essa característica da volatilidade dos sentidos está inscrita em um dos sentidos de “volée”: que voa. O político oferece uma referência desejável e, ao mesmo tempo, destruidora ao sujeito. Numa perspectiva discursiva, o político determina o sentido, produzindo embate entre várias posições-sujeito. Dentro desse movimento, o sentido pode ser favorável ao sujeito, garantindo a identificação, ou pode destruir o sujeito, que, alienado, não chega sequer a emergir de forma singular, permanecendo numa “oscilação patética” (LACAN, 1992, p. 342).

O desconhecimento do conteúdo da carta aponta para o fato de que há algo compartilhado, que é esse não-saber sobre os significantes, e a disputa pelo saber sustenta o político por meio de uma determinada posição-sujeito (PÊCHEUX, 1988), a saber: aquele que detém a carta, que, pela sua posse, assume a posição de dominação no jogo devido a um suposto saber sobre o significado dessa carta, que nunca é revelado, porque o que importa não é isso, mas o que se pode fazer com o significante. Dentro do jogo político, que é dialético, por ser originado pela ideologia, a posição-sujeito distribuidor de sentidos não está disponível para qualquer um. Assim, apropriar-se da carta é uma metáfora da posição-sujeito de prestígio que tem o poder de distribuir sentidos. O desconhecimento do conteúdo da carta afeta a todos (recalque), bem como o desconhecimento dos elos que unem alguns que dela se apossaram (ministro e Dupin). Há uma contingência que toca a indivisibilidade da carta e, ao mesmo tempo, uma separação de dois planos de possibilidades, o que denuncia o real da luta de classes.

Poe não revela o conteúdo da carta, mas indica seu valor político por meio de um intrincado jogo de relações entre as personagens, o que inclui dissimulações, ambiguidades e equívocos que muitas vezes permanecem no não-dito. Embora a narrativa siga um caminho com começo, meio e fim, podemos perceber que nesse dizer se desenvolve uma história em outro plano, o do não-dito, que, de acordo com a fórmula de Pêcheux (1988) se exprime por “diz-se x para não dizer y ”, ou seja: por mais que se queira dominar o sentido, sempre sobra um resto, que, para ser recuperado, precisa ser remetido a uma outra cena enunciativa.

Aires (2009, p. 5-6), ao comentar o “Seminário sobre ‘A carta roubada’” afirma que, nele, Lacan explica o funcionamento significante:

a carta (*lettre*) é o verdadeiro agente do conto, aquele que organiza o posicionamento dos diversos personagens segundo uma ordem de três tempos e três olhares: (1) um olhar que nada vê, (2) um olhar que vê que o primeiro nada vê e se engana por ver encoberto o que ele oculta, e (3) aquele que vê que os olhares anteriores deixam a descoberto o que é para esconder. O que interessa a Lacan destacar é a maneira como as posições se revezam - temporalmente - em seu deslocamento repetitivo (AIRES, 2009, p. 5-6).

Em seguida, a autora afirma que o esse “deslocamento é determinado pelo lugar que vem a ocupar em seu trio esse significante puro que é a *lettre* roubada” (AIRES, 2009, p. 5-6). Essa colocação configura que a narrativa se desenrola ao redor de um personagem central – um significante mestre – que é a carta/*lettre*, e, também, que o jogo metonímico que propulsiona a ação está centralizado nos diferentes lugares que esse significante vem ocupar na cadeia significativa, ou seja, na relação que estabelece com os outros significantes da cadeia.

Na psicanálise lacaniana, a via do significante se dá em cadeia associativa, ou seja, um significante não significa a si mesmo; remete sempre a outro significante; não tem valor em si mesmo, mas, sim, pela posição diferencial que ocupa em relação a outros significantes (AZEREDO, 2009). Esse entendimento remete ao conceito de valor do signo cunhado por Saussure. Assim, podemos observar, no conto, três olhares de três sujeitos: 1- olhar que nada vê: rei e polícia; 2- olhar que vê que o primeiro nada vê e se engana por ver encoberto o que ele oculta: lugar ocupado tanto pelo chefe de polícia (vê que o rei nada vê, mas não vê a carta na casa do ministro), quanto pelo ministro (vê que o chefe de polícia não encontra a carta, mas não vê que a carta foi substituída por Dupin); 3-aquele que vê que os olhares anteriores deixam a descoberto o que é para esconder: o ministro (início do conto, vê o olhar dissimulador da rainha) e Dupin (vê a carta supostamente escondida na casa do ministro). No contexto do conto, o ministro, ao se apoderar da carta, perde os olhares 2 e 3, ficando apenas com o primeiro olhar: “a detenção da carta introduz então no olhar do detentor ou um efeito de ilusão ou uma mancha cega” (MAJOR, 1989, p. 9).

Para Lacan, a linguagem não tem caráter meramente comunicacional, há uma precedência do significante sobre o significado; há uma supremacia da carta sobre seu conteúdo. “A singularidade da *lettre* [...] como indica o título, é o verdadeiro sujeito do conto: é por poder sofrer um desvio que ela tem um trajeto que lhe é próprio. Traço onde se afirma, aqui, sua incidência de significante” (AIRES, 2009, p. 6). Se a

linguagem não tem caráter apenas comunicacional, ela oferece lugar para o equívoco. Distanciando-se da ideia de que “comunicar é informar”, Tfouni (2008, p. 4) afirma que fatos discursivos como lapsos, jogos de palavras, trocadilhos, caracterizam as formações do inconsciente e funcionam como “quebra” na “mensagem supostamente organizada”. “O fato linguístico do equívoco não é algo casual, acidental, mas é constitutivo da língua, é inerente ao sistema. Isto significa que a língua é um sistema passível de falhas e por essas falhas, por essas brechas, os sentidos se permitem deslizar, ficar à deriva” (FERREIRA, 2005, p. 18). Faremos mais considerações sobre esse aspecto no item seguinte.

A ESTRUTURA DO INCONSCIENTE NO CONTO “A CARTA ROUBADA”

O significante é apresentado, por Lacan, como conceito comum à linguística e à psicanálise, pois para ele a prática psicanalítica é uma experiência de linguagem (AIRES, 2009, p. 2).

Enquanto para Saussure, “o signo linguístico ‘é uma entidade psíquica de duas faces - significado e significante - cujos elementos estão intimamente unidos e um reclama o outro’ (Saussure, 1995); para Lacan, signo é significante e significado sem pressuposição recíproca; afirma ele que há uma “preeminência do significante sobre o significado” e a “linha que relaciona significante e significado na representação saussuriana do signo” toma “o caráter de barra, separação que possibilita a circulação desses elementos de modo autônomo, mas que resiste à relação entre eles: o significante relaciona-se com outros significantes, não representando o significado” (AIRES, 2009, p. 3). Desse modo, significante e significado não têm relação direta e consistente, e a barra, ao mesmo tempo em que compromete o sentido, vincula significante e significado por meio do que Lacan denomina de “point de capiton” (idem, p. 4). É a circulação de significantes que determina o poder no jogo político. Não é só o não-dito que recupera o poder, mas também o político. O não-saber é a barra. A carta passa de mão em mão sem que se saiba o seu conteúdo. É à sua posse que se atribui poder político. Podemos concluir, então, que o não-dito traz consigo um caráter político, um poder que se exerce no hiato necessário entre significante e significado (é a contingência do real). O significante, na psicanálise lacaniana, só se designa por oposição a outro significante e a lógica de seu funcionamento se dá pela ausência de sentido (AZEREDO, 2009, p. 12).

A existência da barra traz como consequência um sujeito dividido por seu próprio discurso, divisão essa manifestada pela instalação do equívoco, dos atos falhos, de que já falamos, lugares onde o sujeito do inconsciente emerge. Esse sujeito, que emerge entre os significantes, segundo Lacan ([1960]1998, p. 815), “escapa”, sem se dar conta do que o constitui, “não sabe o que diz e nem sequer que está falando”. Ao levar em conta a existência da barra, Lacan desconsidera “o enlace usual entre significante e significado”; afirma que existe um “caráter frágil” da ligação entre ambos, ligação ‘sempre fluida, sempre prestes a se desfazer’” (AIRES, 2009, p. 4). O efeito “*fading*”, de que trata Lacan, pode ser percebido na circulação da carta, pois o poder daquele que a detém se desfaz quando ela muda de mãos.

O significante, para Lacan, é diferente de si mesmo, segue uma “lógica não-identitária” (idem, p. 11), e, para ele, a formação do inconsciente está relacionada a um “rébus” – “no sentido de que resiste à compreensão imediata, só se deixando ler por meio de um trabalho de deciframento” (idem, *ibidem*). A articulação do significante em cadeia produz um sentido particular ao sujeito, abre novas possibilidades de significação. Ao mesmo tempo em que o equívoco e o mal-entendido não deixam o sujeito emergir, há a abertura de possibilidades de significação, visto que, em cadeia, o sujeito pode emergir. No conto “A carta roubada” a polissemia é a possibilidade de multiplicação do sentido que aparece dentro do jogo político, nos vários eventos em que Poe descreve a posse da carta-lettre (significante) pelos personagens. Assim, para Dupin, a posse da carta significava uma revanche contra o ministro; para a Rainha, a posse da carta significava traição desta em relação ao Rei; para o ministro, a posse da carta significava barganhar vantagens políticas.

A articulação do significante em cadeia produz um sentido particular ao sujeito, abre novas possibilidades de significação:

Dito de modo mais claro: na teoria lacaniana o significante é opositivo, relativo e não carrega qualquer conteúdo em si, já que sua relação com a significação se faz por encadeamento, de tal modo que o significante implica o apagamento da coisa, abolindo suas qualidades e retendo apenas a contagem e a diferença como tal. Como consequência dessa concepção, é possível à análise lacaniana considerar que a significação se produz para cada sujeito particular no momento de sua enunciação, abrindo margem para os jogos significantes, mais notadamente a polissemia (AIRES, 2009, p. 14).

Como, no conto, ninguém sabe qual é o conteúdo da carta, o imaginário e a realidade “obedecem à mesma lei, na condição de considerar que, à semelhança da carta, têm um interior e um exterior e podem ser revirados como uma luva” (MAJOR, 1989a, p. 41). Segundo Major (idem, p. 43), a carta, deixada no porta-cartas da casa do ministro, é dividida em duas, o que envolve a questão do real no que diz respeito à “mensagem que ela veicula e pelo fato de que ela terá um duplo portador de uma mensagem”. Esse mesmo autor atenta para o fato de que o ministro revirou, re-dirigiu e re-lacrou a carta - “não deixa subsistir nenhuma dúvida sobre sua fatura: ela não tem somente uma frente e um verso, mas também um interior e um exterior”. Explica que há, na carta, uma “indivisibilidade contingente” e uma divisibilidade “estruturalmente determinada” (idem, p. 44).

O Ministro, ao revirar, re-dirigir e re-lacrar a carta, a divide em sua estrutura e lhe impõe um sentido (simulando ser outra carta), lhe determina outro sentido. Ele tem, nessa posição-sujeito detentor da *lettre-carta*, o poder de reter e/ou fazer circular a carta e, deste modo, controla seu sentido. Há a atuação do imaginário sobre o redobramento da carta que rompe sua unidade significante e a divide. Existe, nela, portanto, um interior e um exterior. Por mais que a estrutura, o político, a divida em duas, ela, a qualquer momento, pode ser revirada e ter seu sentido modificado. Lacan, para explicar esse acontecimento, lança mão da figura topológica da banda de Moebius, cujo lado direito coincide com seu lado avesso; onde está o direito, está também o lado avesso:

a Banda de Moebius é um objeto topológico que pode ser construído com uma meia-torção dada, por exemplo, em uma tira retangular de papel, para depois se tomar suas duas extremidades e juntá-las. Esse movimento é necessário para caracterizar uma estrutura que subverte nosso espaço comum de representações, pois as noções de avesso e direito passam a ser contidas uma na outra (GLOSSÁRIO ORBITA.STARMEDIA, 2009).

Uma das consequências da introdução da banda de Moebius nesta discussão está em podermos falar, a partir daqui, no caminho percorrido pelo significante ao longo da cadeia de significação como um relançar infinito de interpretações possíveis, visto que, apesar de a carta/*lettre* mudar constantemente de lugar, seu significado mantém-se o mesmo (algo que permanece como enigma ao longo do conto), mas seu sentido (político) varia de acordo com os lugares da cadeia por onde esse significante emerge: o sentido é sempre fluido, sempre prestes a tornar-se outro (o “fora” e o “dentro” da

banda). Outra consequência está em que esse sentido só é obtido a *posteriori*, por retroação nessa mesma cadeia, e esse movimento leva à instalação de lugares de interpretação, que são introduzidos no conto pelos três olhares de que falamos acima. Deste modo, nunca há uma única interpretação possível, visto que o conteúdo da carta permanece “*en souffrance*” - “não retirada”, “não reclamada”, “em suspenso” (LACAN [1955]1998, p. 33) -, à espera eterna de um fechamento que nunca advém.

O ministro dá as novas coordenadas geométricas a fim de atar a carta ao espaço em que a coloca, próximo à lareira, num porta-papéis. A subversão do espaço, porém, acompanha a subversão do sujeito, pois “a sujeira, a condição manchada e rasgada do papel” não coincidem com os “hábitos do ministro” e tudo corroborava para as suspeitas de Dupin (POE, 2003, p. 32-33). Estas questões repõem a questão do papel do imaginário e da realidade.

O ministro não contava com o fato de que Dupin e ele conviveram com a mulher que escreveu sobre a carta revirada, fato esse que permitiu a Dupin identificar que seria essa a carta que procurava.

A carta no porta-cartas do Ministro é uma carta que lhe é endereçada por uma mulher utilizando a mesma cifra que ele [...] A carta procurada e a carta que a esconde são uma única e mesma carta. Duas cartas em uma. Uma carta dupla. Ou uma carta dividida [...] Sua divisão é tal que quando uma aparece, a outra desaparece [...] Em *A carta roubada* [...] há, então, duas mulheres: a Rainha e uma desconhecida que é responsável pelo sobrescrito da carta dirigida ao Ministro. Este sobrescrito esconde nas suas dobras o sobrescrito do endereço da Rainha. Ora, o personagem da Rainha é desdobrado pelas relações que ela mantém ao mesmo tempo com o Duque de S. e o Rei. Pode-se supor que se dá o mesmo, mas sem dúvida numa simetria inversa, para a mulher desconhecida (MAJOR, 1989a, p. 43-44).

O inconsciente age retroativamente e seu funcionamento está ligado à questão espacial: “a reflexão psicanalítica sobre o sujeito implica uma consideração sobre o espaço” (RIVERA, 2009, p. 1). Por meio da banda de Moebius, Lacan consegue representar a subversão do espaço sobre o sujeito, pondo o imaginário do lado do avesso: é o exterior da carta que leva Dupin à certeza de que era esta que ele procurava. A bi-dimensionalidade da carta é quebrada por uma terceira dimensão, pela experiência do passado vivenciada por Dupin e pelo Ministro, pois aquele cita, na carta substitutiva, os versos de Crébillon, que tratam do desejo da vingança de Atreu “proveniente do fato

de que seu irmão Tieste lhe havia tirado a mulher que acabara de desposar” (MAJOR, 1989a, p. 44).

O significante, afirma Lacan (1964/1998) "joga e ganha antes que o sujeito constate isso, a ponto de, no jogo do *Witz*, do chiste, por exemplo, ele surpreender o sujeito". (D'AGORD, 2009).

REFERÊNCIAS

AIRES, S., **Da Quase Equivalência à Necessidade de Distinção**: significante e letra na obra de Lacan. Disponível em

http://www.psicanaliseefilosofia.com.br/textos/significante_e_letra.pdf. Acesso em 05 de agosto de 2009.

AZEREDO, F., **Poder e significante**: Foucault e Lacan, Dissertação de Mestrado em Teoria Psicanalítica, UFRJ, 1999. Acesso em 24 de setembro de 2009. Disponível em http://teses.ufrj.br/IP_M/FabioAndreMoraesAzeredo.pdf.

D'AGORD, M. R., et alii, **Há um sentido apesar de eu não o compreender**, Psicologia Clínica, vol. 18, n. 2, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-56652006000200008&script=sci_arttext. Acesso em 25 de setembro de 2009.

FERREIRA, M., **Da Ambiguidade ao Equívoco**. Porto Alegre: Ed. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

GLOSSÁRIO ORBITA.STARMEDIA. Acesso em 24 de setembro de 2009. Disponível em <http://orbita.starmedia.com/~del.grande/disserta/gloss.htm>.

LACAN, J., **O seminário, livro 8: a transferência**, trad. Dulce Duque Estrada, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

_____, O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada (1945), In **Escritos**, trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 197-213, 1998.

_____, O seminário sobre “A carta roubada” (1955), In **Escritos**, trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 13-66, 1998.

_____, Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano (1960), In **Escritos**, trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 807-842, 1998.

_____, **Enciclopédia lacaniana de psicanálise**. Disponível em: <http://translate.google.com.br/translate?hl=pt->

BR&sl=en&u=http://nosubject.com/Cogito&sa=X&oi=translate&resnum=2&ct=result
&prev=/search%3Fq%3Dcogito%2Blacan%26hl%3Dpt-BR%26client%3Dfirefox-
a%26channel%3Ds%26rls%3Dorg.mozilla:pt-BR:official%26hs%3Dxr5%26sa%3DG.
Acesso em 11 de janeiro de 2009.

MAJOR, R., A parábola da carta roubada. Da direção da cura e da sua narração. **Tempo Psicanalítico**, XII (1): 6-13, 1989.

_____, A parábola da carta roubada. Da direção da cura e da sua narração. **Tempo Psicanalítico**, XII (2): 11-49, 1989a.

PÊCHEUX, M. Apresentação. In.: COURTINE, J-J. Analyse du Discours politique (le discours communiste adressé aux chrétiens). **Langages**, juin 1981 (62). 128p.

_____, **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**, Campinas: Ed. Unicamp, 1988.

_____, **O Discurso: estrutura ou acontecimento?** 3. ed., Campinas, SP: Pontes, 2002.

POE, E., **A carta roubada e outras histórias de crime & mistério**, trad. William Lagos, Porto Alegre: L&PM, 2003.

POE, E., **A carta roubada e outras histórias de crime & mistério**. Acesso em 29 de setembro de 2009. Disponível em http://www.ufrgs.br/proin/versao_2/poe/index.html.

RIVERA, T. **Ensaio sobre o espaço e o sujeito**. Lygia Clark e a psicanálise. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-14982008000200004&script=sci_arttext. Acesso em 29 de abril de 2009.

TFOUNI, L. V., Mensagem e poesia. A atualidade de Saussure e Jakobson, ou sobre a verdade do sujeito (e do sentido) em deriva. In: GASPAR, N. M.; ROMÃO, L. M. S. **Discurso e texto: multiplicidade de sentidos na Ciência da Informação**. São Carlos: EDUFSCAR, 2008.